

[Digite aqui]

Brasília, 15 de maio de 2019

Prezado **Elmer Coelho Vicenzi**

Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep

Solicito a gentileza de corrigir, o mais breve possível, declarações dadas à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, em 14/03/2019, sobre a Comissão do Inep formada para analisar as questões do Enem.

A formação da citada comissão foi ato necessário, responsável e planejado e que seguiu as orientações do Ministro Ricardo Velez, em atendimento à solicitação do Presidente Jair Messias Bolsonaro.

A "*leitura transversal*" dos itens do banco para "*verificar a sua pertinência com a realidade social*" foi imperiosa para garantir um universo de acordo com as diretrizes do Enem, que visam medir conhecimento.

Contrário à sua posição informo que não foi "*mais uma comissão' entre muitas que participam da elaboração da prova*". Foi uma comissão especial formada por três experientes e nacionalmente respeitados especialistas: Prof. Doutor Marco Antônio Barroso Faria (na época, Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC); Prof. Doutor Antonio Maurício Castanheira das Neves (na época, Diretor de Estudos Educacionais do Inep); e Prof. Doutor Gilberto Callado de Oliveira (Professor e Procurador de Justiça de Santa Catarina).

Vale ainda ressaltar, o suporte operacional e científico, altamente qualificado, dos servidores do Inep à citada comissão. A coordenação feita pelas servidoras Marcella Laureano (Doutora) e Aline Andrade (Doutora), foi motivo de elogios e orgulho para o Inep e para o próprio governo.

Suas declarações, aos parlamentares, deixam dúvidas sobre a importância, o real trabalho realizado e dos resultados obtidos pela comissão. E, o que é pior, desautoriza o Presidente da República na sua intenção de colocar o Enem num sistema estável, antológico, livre de ideologias, voltado apenas ao conhecimento científico.

*"[Quero] Deixar os estudantes muito tranquilos: nenhum item foi retirado da base nacional de itens. Nenhum. Até porque, quando o processo é todo construído e ele entra [na base], aquele item passa a ser um bem público".*

*"Mas ele não é tirado e, inclusive, ele pode cair [na prova]. Por que? Porque ele está de acordo com a matriz de referencia, ele está de acordo com a Base Nacional Comum Curricular. Qual a garantia para o aluno de que não haverá nada novo? A matriz de referência. Que é matriz desde quando? Desde 2009. Ela foi mudada? Não".*

Fonte: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/14/presidente-do-inep-garante-que-nenhuma-questao-sera-vetada-no-enem-2019.ghml>

A comissão teve um trabalho importante, e sim, identificou um percentual relevante de questões que não deveriam ser incluídas, no universo a ser considerado na escolha das questões para o Enem 2019. Por isso, o trabalho da comissão não pode ser negado ou minimizado.

Evidentemente as questões identificadas como não adequadas, diante dos objetivos que criaram a comissão, não foram jogadas ao lixo. Elas já foram pagas pelo Inep e não podem ser retiradas do Banco, mas foram retiradas do universo para a escolha das questões que deverão compor o Enem 2019. Quanto à Matriz de Referência, é lógico que não poderia mudar.

As questões identificadas como não adequadas pela comissão, aqui tratada, foram colocadas à margem do universo para, se for o caso, serem futuramente novamente analisadas.

Concluindo, informo que estamos no mesmo governo, e penso, com os mesmos objetivos de mudar o Brasil. Temos de somar! Não contribuem em nada, posições de desconstruções de trabalhos necessários e sérios, realizados anteriormente, dentro do próprio Governo Bolsonaro, por profissionais com ele comprometidos.

Informo que estou enviando cópia desse e-mail para o Ministro Abraham Weintraub, Prof. Marco Antônio Barroso Faria, Prof. Antonio Maurício Castanheira das Neves e Dr. Gilberto Callado de Oliveira.

Atenciosamente,

**Marcus Vinicius Rodrigues**

Ex-presidente do Inep